

RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS CAMPONESAS NO BRASIL

Camila Ferracini Origuéla

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.

e-mail: camila.ferracini@unesp.br

Lorena Izá Pereira

The Land Matrix Initiative – Punto Focal Latino-América y Caribe – Salta, Salta,
Argentina.

e-mail: iza.pereira@unesp.br

Resumo

O artigo aborda a construção de resistências territoriais camponesas no Brasil, assim como as suas potencialidades. As resistências territoriais camponesas são ações pautadas nos territórios, nas temporalidades e territorialidades camponesas. São ações, lutas, agendas, práticas, movimentos, técnicas e tecnologias socioterritoriais que visam garantir maior autonomia ao campesinato na produção de alimentos, desvinculando-o parcial ou totalmente das amarras do capital. Entender as dimensões, as escalas e as características das resistências territoriais camponesas no Brasil, sobretudo aquelas gestadas no âmbito dos movimentos socioterritoriais, em um contexto agrário que cada vez mais expropria, marginaliza e subordina o campesinato, é a contribuição deste trabalho para a geográfica agrária e áreas afins.

Palavras-chave: Camponês; movimento socioterritorial; resistência; território; territorialidade.

Peasant territorial resistances in Brazil

Abstract

This paper examines the construction of peasant territorial resistance in Brazil, as well as their potential. Peasant territorial resistances are actions based on peasant territories, temporalities and territorialities. These are actions, struggles, agendas, practices, movements, techniques and socio-territorial technologies that aim to guarantee greater autonomy to the peasantry in food production, freeing them partially or totally from the shackles of capital. Understanding the dimensions, scales and characteristics of peasant territorial resistance in Brazil, especially those generated within the scope of socio-territorial movements, in an agrarian context that increasingly expropriates, marginalizes and subordinates the peasantry, is the contribution of this work to geographic agrarian and related areas.

Keywords: Peasant; socioterritorial movement; resistance; territory; territoriality.

Resistencia territorial camponesa en Brasil

Resumen

El artículo aborda la construcción de la resistencia territorial campesina en Brasil, así como sus potencialidades. Las resistencias territoriales campesinas son acciones basadas en territorios, temporalidades y territorialidades campesinas. Se trata de

acciones, luchas, agendas, prácticas, movimientos, técnicas y tecnologías socio-territoriales que buscan garantizar una mayor autonomía al campesinado en la producción de alimentos, liberándolo parcial o totalmente de las cadenas del capital. Comprender las dimensiones, escalas y características de la resistencia campesina en Brasil, especialmente los generados en el ámbito de los movimientos socio-territoriales, en un contexto agrario que expropia, margina y subordina cada vez más al campesinado, es la contribución de este trabajo a la geografía agraria y áreas relacionadas.

Palabras-clave: Campesino; movimiento socioterritorial; resistencia; territorio; territorialidad.

Introdução

À medida em que o capital se apropria do território para garantir seu processo de acumulação, camponeses são expropriados, marginalizados e subordinados. Contraditoriamente, movimentos socioterritoriais são organizados, reivindicações e agendas de lutas são elaboradas, ocupações, manifestações e resistências são construídas. Os artigos que compõem esta edição analisam, alguns de maneira mais aprofundada outros menos, tais resistências que podem receber diferentes denominações, de acordo com as concepções teórico-metodológicas adotadas pelo(s) autor(es). Partindo disso, este artigo aborda a construção de resistências territoriais camponesas no Brasil, assim como as suas potencialidades. Em outras palavras, analisa as resistências gestadas nos territórios camponeses, a partir das temporalidades e territorialidades desses sujeitos. Dentre as resistências territoriais camponesas mais comuns, destacam-se o uso de sementes crioulas, a produção agroecológica e agroflorestal, a utilização de técnicas e tecnologias camponesas, a construção de agroindústrias familiares ou coletivas, o surgimento de mercados camponeses e a soberania alimentar.

São iniciativas, ações e práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias que possibilitam a resistência do campesinato em contextos cada vez mais difíceis a sua permanência na terra e reprodução social a partir da produção de alimentos. Pode-se afirmar que a agricultura camponesa é um espaço de resistência e de utopia transformadora (HOCSMAN, 2014). Assim, em diferentes cenários de expropriação, marginalização e subordinação, mesmo diante de agentes econômicos hegemônicos, os camponeses resistem utilizando o seu território, as suas temporalidades e territorialidades enquanto trunfo. As resistências territoriais camponesas têm como desígnios diminuir a subordinação às amarras do capital, evitar a expropriação, superar a exclusão socioeconômica e reduzir a pobreza no campo. São resistências pautadas nos saberes, nas técnicas e tecnologias camponesas, na coprodução com a natureza,

nas relações entre o campo e a cidade, entre camponeses e camponesas e entre esses e outros sujeitos, grupos e organizações.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira abordou-se o território camponês, assim como as disputas pelas temporalidades e territorialidades camponesas na produção de alimentos e, nesse contexto, o que se apreende por resistências territoriais camponesas. Na segunda foram analisadas algumas resistências territoriais camponesas construídas nestes últimos anos no Brasil, com ênfase nas suas escalas, dimensões e características, assim como potencialidades e desafios. Para analisar tais resistências, o banco de dados organizado pela primeira autora do artigo no decorrer da elaboração da tese “Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul:”, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp), foi atualizado e aproveitado. Por fim, na terceira e última, foram apresentados os artigos que compõem a sexagésima segunda edição da Revista NERA.

Território, temporalidades e territorialidades camponesas

O território é uma construção social, histórica e relacional, formado nos processos de apropriação e dominação do espaço pelos sujeitos (RAFFESTIN, 1993). É resultado, portanto, da territorialização e das territorialidades vivenciadas pelos sujeitos, grupos ou agentes no espaço-tempo. Esses processos podem sofrer alterações nos tempos históricos e nos tempos cotidianos, produzindo temporalidades. A territorialização consiste na apropriação de um fragmento do espaço através de relações de poder, produzindo, assim, não só territórios, mais territorialidades e temporalidades. As territorialidades podem ser definidas como sistemas de relações econômicas, políticas e culturais entre os homens e entre esses e a natureza. Sua compreensão depende de uma abordagem pluridimensional, relacional, reticular, histórica e crítica, envolvendo conflitualidades, apropriações, domínios, identidades, diferenças e redes (SAQUET, 2015).

Nas últimas décadas, a territorialização do campesinato no Brasil ocorreu, sobretudo, por intermédio da organização de movimentos socioterritoriais e, em decorrência disso, lutas pelo acesso à terra e permanência nesta, como ocupações de terra, acampamentos e manifestações. Os assentamentos rurais conquistados no decorrer dessas lutas podem ser entendidos como territórios camponeses. Esses, por sua vez, distinguem-se dos territórios capitalistas. Isso porque, no processo de territorialização os sujeitos, grupos ou agentes produzem diferentes relações

econômicas, políticas e culturais. Ou seja, são as relações de poder que produzem diferentes territórios, territorialidades e temporalidades. Ainda que o território camponês seja distinto do capitalista, ambos se relacionam e, ao mesmo tempo, contrapõe-se produzindo novas relações, como a subordinação, a dependência, a resistência e a autonomia. Os camponeses devem ser analisados tanto enquanto tais, como no bojo das estruturas sociais em que vivem (SHANIN, 2005).

As territorialidades e temporalidades camponesas podem ser condicionadas pelo capital, mas, ainda assim, o território camponês não é diretamente governado por ele, mas sim por um conjunto de equilíbrios ou tentativas de alcançá-lo, conforme Ploeg (2016). São equilíbrios internos e externos aos territórios camponeses. Os internos ocorrem entre a família e a natureza, a produção e a reprodução, os recursos internos e externos, a autonomia e a dependência e, por fim, a escala e a intensidade. Por sua vez, os externos ocorrem entre o campo e a cidade, a agricultura, a industrialização e a comercialização, o Estado e o camponês, o crescimento agrário e o crescimento demográfico. Na busca pelos equilíbrios internos e externos, os camponeses procuram melhorar seus rendimentos e, em decorrência disso, a reprodução social e permanência na terra.

É no âmbito dos equilíbrios internos e externos que territorialidades e temporalidades são construídas. Em alguns casos, esses processos podem ocorrer de maneira subordinada, quando os camponeses adotam pacotes tecnológicos do agronegócio (ROOS, 2015), ingressando, em alguns casos, em cadeias globais de alimentos, ou de maneira autônoma, quando os camponeses resistem aos ditames do capital, construindo seus próprios sistemas alimentares (ORIGUÉLA, 2019). Nesse último caso, uma série de territorialidades e temporalidades são construídas, originando diferentes resistências territoriais camponesas. É importante ressaltar que, as territorialidades e temporalidades podem variar de acordo com as nuances da questão agrária, mas não descaracterizam o território camponês enquanto tal. Isso porque, as relações construídas nesses territórios são familiares, objetivando a reprodução da família na terra.

Quando subordinado aos ditames dos capitais industrial, comercial e financeiro, o camponês se afasta da natureza, dos saberes tradicionais e populares e das diferentes formas de organização e cooperação camponesa. Contraditoriamente, quando o camponês resiste a isso, prezando por sua autonomia, pela produção agroecológica ou agroflorestal, produzindo as sementes e os insumos necessários, atuando em cooperação com outros camponeses, organizações e movimentos socioterritoriais, construindo mercados camponeses, ele se distancia do capital. São diferentes territorialidades e temporalidades construídas a medida em que os

camponeses se territorializam e buscam alcançar os chamados equilíbrios internos e externos. As resistências territoriais camponesas são ações, lutas, agendas e práticas pautadas no território camponês, na construção de territorialidades e temporalidades autônomas, desvinculadas das amarras do capital.

Resistências territoriais camponesas: escalas, dimensões e características

As resistências territoriais camponesas buscam romper com os monopólios produzidos pelo capital. São resistências multidimensionais, pois dialogam com as diferentes dimensões do território, econômica, política, ambiental e cultural, e pluriescalares, pois vão desde o movimento transnacional Via Campesina, que constrói ações, práticas, lutas e agendas internacionais alicerçadas na compreensão de soberania alimentar, aos movimentos socioterritoriais nacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que atuam nos assentamentos rurais e nas comunidades camponesas, aos movimentos e organizações agroecológicas e agroflorestais, que atuam nos processos de transição e certificação, aos movimentos de consumidores conscientes, que organizam diferentes espaços e relações de comercialização de alimentos saudáveis, entre outros.

A proposta de soberania alimentar criada pela Via Campesina pode ser compreendida como uma resistência tanto global como local. Global porque faz parte das agendas de lutas e ações coletivas de movimentos camponeses, trabalhadores rurais e comunidades indígenas na América, África, Ásia e Europa. Local porque é construída cotidianamente pelos sujeitos que fazem parte desses movimentos e organizações em seus assentamentos, propriedades ou comunidades. Nesse sentido, a Via Campesina pode ser compreendida como uma constelação de movimentos camponeses, de trabalhadores e indígenas que dialogam a respeito de diferentes saberes e modos de saber e fazer agricultura (MARTÍNEZ-TORRES e ROSSET, 2014). Ela tem como principal objetivo o desenvolvimento da agricultura por meio da agroecologia e da soberania alimentar (BORRAS, 2004).

A soberania alimentar consiste no direito à alimentação, à produção de alimentos, à autonomia na definição das políticas agrícolas e, por fim, à determinação de um comércio justo e equitativo, respeitando sempre a diversidade produtiva e cultural dos sujeitos (VIA CAMPESINA, 1996). Para que a soberania alimentar se torne uma realidade, a reforma agrária, a agricultura camponesa e a produção agroecológica são imprescindíveis. Primeiro que sem reforma agrária não há acesso a terra de vida e trabalho. Segundo que está é fundamental para a (re)criação do campesinato

(FERNANDES, 2000). Por fim, a produção agroecológica permite aos camponeses maior autonomia no processo produtivo, sobretudo no que se refere às sementes e os insumos. A concepção de soberania alimentar é desenvolvida por diferentes movimentos socioterritoriais no Brasil, com destaque para o MST e o MPA.

O MST e o MPA se destacam na construção de resistências territoriais camponesas no Brasil. O MST é um movimento socioterritorial que se destaca na implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), na constituição de cooperativas, na construção de agroindústrias e na organização de mercados camponeses. Um importante SAF foi implantado no assentamento Mario Lago, município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Os alimentos produzidos no SAF são comercializados em cestas agroecológicas nos municípios da região, a partir de um modelo conhecido como *Community Supported Agriculture* (CSA). Nesse caso, os consumidores pagam um valor mensal para receber os alimentos em suas casas, oferecendo um suporte financeiro importante para os camponeses. Ainda no que tange a comercialização de alimentos, o movimento possui lojas da reforma agrária em várias capitais estaduais, além de participar de feiras agroecológicas em diferentes municípios do país.

As cooperativas do MST surgiram no final da década de 1980, muitas enfrentaram problemas para se manter ao longo da década de 1990, reestruturando-se a partir dos anos 2000. O movimento possui cerca de 150 cooperativas atuando nas diferentes regiões do país. São cooperativas de produção, comércio, crédito e centrais de reforma agrária. Muitas dessas cooperativas atuam na produção, na certificação e na comercialização de alimentos agroecológicos. Elas permitem a organização dos camponeses, o diálogo entre esses sujeitos, a troca de conhecimentos entre diferentes modos de se fazer agricultura, além da obtenção de uma base de recursos autocontrolada. Além do viés socioeconômico, as cooperativas são instrumentos de ação coletiva e luta política dos camponeses assentados (FABRINI, 2002).

A construção de agroindústrias em acampamentos e assentamentos rurais é uma resistência importante, pois agrega valor à produção e permite buscar novos mercados. Em Minas Gerais, no assentamento Campo do Meio, tem-se a industrialização de café. O mesmo acontece no Espírito Santo no âmbito da Cooperativa de Produção, Comercialização e Beneficiamento dos Assentados (COOPTERRA), criada em 2013. A maior parte das agroindústrias existentes faz parte de cooperativas de camponeses assentados. Assim, as cooperativas, mais uma vez, têm um papel importante nas resistências territoriais camponesas, pois, além de organizar econômica, ecológica e politicamente os assentados, possibilita avanços no próprio processo produtivo, processando/industrializando alguns alimentos e organizando a comercialização destes.

Dentre as resistências produzidas pelo MPA, destacam-se as Festas das Sementes Crioulas, o Projeto Alimergia, o Programa Camponês, além da Loja Camponesa Raízes do Brasil. As festas são importantes espaços de resgate, conservação e melhoramento de variedades (NERLING et al, 2013). Os camponeses chamados de guardiões são os responsáveis por conservar as variedades de sementes crioulas em suas propriedades. Cada variedade é mantida por pelo menos três famílias em cada estado. O movimento também é responsável por distribuir sementes crioulas para as famílias que não as possuem ou produzem. Isso permite aos camponeses o cultivo de seus alimentos sem que, para isso, dependam de empresas do agronegócio. Ao conservar, multiplicar e distribuir sementes crioulas, o movimento recupera um bem fundamental ao campesinato e que nestas últimas décadas está sendo eliminado pela agricultura capitalista.

Em 2012, foi criado o Projeto Alimergia no noroeste do Rio Grande do Sul, em uma área que abrange trinta e cinco municípios. Os objetivos do projeto foram: recuperar propriedades degradadas através da implantação de agroflorestas; promover a educação ambiental; capacitar as famílias para a produção agroecológica e a cooperação. Um ano depois, foi criado, no mesmo estado, o Programa Camponês, baseado na transição ecológica e no abastecimento popular de alimentos. Tanto o projeto como o programa permitiram a construção de uma racionalidade ecológica nos territórios camponeses, contribuindo com a recuperação de áreas fundamentais para a agricultura e com a produção de alimentos saudáveis em consonância com a natureza. Tais resistências aproximam os camponeses da natureza, os seus saberes, de outros camponeses e de trabalhadores que consomem esses alimentos.

Pensando na construção de relações mais horizontais entre camponeses e trabalhadores, em 2017 o MPA inaugurou a Loja Camponesa Raízes do Brasil no Rio de Janeiro. A loja recebe os alimentos agroecológicos de vários municípios do estado, produzidos por camponeses vinculados ao movimento, ou não. As resistências territoriais camponesas desenvolvidas pela Via Campesina, pelo MST e MPA ocorrem em diferentes dimensões do território e escalas, variando entre o global, nacional, regional e local. São resistências que permitem aos camponeses autonomia na produção, no processamento e na comercialização de alimentos. São resistências alicerçadas nos territórios camponeses, nas territorialidades e temporalidades desses sujeitos, que lutaram pelo acesso à terra de vida e trabalho, e agora lutam para permanecer nela, para se reproduzir socialmente a partir dela, garantindo, assim, sua existência.

Sobre este número

O número 62 da Revista NERA é composto por nove artigos que são resultados de pesquisas científicas desenvolvidas em instituições de ensino superior em diferentes países, como Brasil, Canadá e Argentina. Apesar dos múltiplos temas relacionados à questão agrária, o ponto que une estes nove artigos são as resistências territoriais camponesas, expressadas nas distintas escalas e nas diversas territorialidades.

No primeiro artigo da edição, intitulado “A geografia e a história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: conquistas e desafios para o campesinato”, os autores Adenilso dos Santos Assunção e Rodrigo Simão Camacho tem como objetivo contribuir para uma reflexão acerca da questão agrária em Mato Grosso do Sul, unidade da federação processos que tem na raiz do seu processo de formação territorial a grilagem de terras e a expulsão das populações do campo pelo capital monopolista. Embora o agronegócio tenha avançado de forma vertiginosa, controlando o território e as territorialidades, a resistência camponesa faz parte da formação territorial do Mato Grosso do Sul. Tal resistência é recriada no espaço e no tempo e está para além dos movimentos sociais, uma vez que “os camponeses também têm demonstrado capacidade de resistir a dominação e imposição das relações capitalistas de produção por meio de outras manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos movimentos sociais” (FABRINI, 2007, p. 08).

Seguindo a vertente da resistência camponesa, a partir do estudo comparativo de produtores familiares do sudoeste da Província de Buenos Aires e sua fronteira com o Província de La Pampa, na Argentina, os autores Sofía Hang e Edgardo Gabirel Gonzalez no artigo intitulado “¿Todo grupo social es un movimiento social? El caso de los productores y productoras familiares “raíces del sudoeste”: un estudio comparativo a partir de un tipo ideal”, objetivam a construção do tipo ideal das categorias movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial para analisar o caso específico do grupo “*Raíces del Sudoeste*”. O artigo de Hang e Gonzales reforça a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas, tema já abordado por Fernandes (2005), além de convergir com as análises trazidas por Wahren (2021) e Silva e Maciel (2021). Os autores concluem que o encontro entre teoria e o caso específico do grupo de produtores familiares “*Raíces el Sudoreste*”, permite interpretar o mesmo como um movimento social, para assim compreender sua vinculação com o espaço que habitam, constroem e transformam.

No terceiro artigo do número 62 com o título “Compra de produtos da agricultura familiar pelos restaurantes universitários das universidades federais no Sul do Brasil”,

as autoras Rozane Marcia Triches, Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz, Carla Rosane Paz Arruda Teo e Vanessa Ramos Kirsten debatem sobre a implementação das aquisições de alimentos da agricultura familiar nas instituições federais de ensino superior na região Sul do Brasil, onde o intuito é identificar quais os processos de compras/contratação de serviços utilizados e as formas de gestão dos restaurantes universitários, as vias utilizadas para compra de produtos da agricultura familiar em cada instituição/estado, as dificuldades relatadas pelos atores sociais envolvidos e os mecanismos de acesso a estes mercados. Algumas destas práticas são decorrentes de programas de compra pública de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ressaltamos que análises destas compras por meio de determinadas políticas públicas já foram publicadas na Revista NERA, como o caso de Triches e Grisa (2015) e Camargo e Navas (2017). Triches, Ruiz, Teo e Kirsten pesquisaram 51 unidades/campi em nove universidades federais nos três estados do Sul do país e, a partir disso, conclui que nos três estados analisados há casos em que os restaurantes universitários têm alcançado o objetivo de adquirir produtos da agricultura familiar, todavia são exceções e não a regra.

Em seguida, ainda em consonância com o tema da produção de alimentos pela agricultura familiar, o artigo “Da expansão da cana ao movimento da comida: agronegócio sucroenergético e abastecimento alimentar (hortifrúti) no estado de São Paulo (2006-2017)”, de autoria de Valmir José de Oliveira Valério, tem como objetivo destacar os principais elementos no âmbito das relações entre a expansão da cana-de-açúcar e a produção e distribuição de alimentos hortifrúti no estado de São Paulo entre 2006 e 2017, de maneira a destacar as implicações espaciais em termos de aumento do *movimento dos alimentos no espaço*. O diferencial central do artigo é que o autor não analisa apenas a produção, mas também a distribuição dos alimentos, propondo uma reflexão a partir da expansão do cultivo de cana-de-açúcar na referida unidade da federação. Valério conclui que enquanto a tendência da produção paulista de hortifrúti é de crescimento, nas regiões com maiores aumentos de área canavieira, como o corredor fronteiro de expansão da cana-de-açúcar no Oeste do estado, a tendência é de redução.

Lembrando que a região Oeste do estado de São Paulo, conhecida como Pontal do Paranapanema, tem apresentado desde o início do século XXI um dos maiores índices de expansão do cultivo canavieiro do estado, impulsionado por elementos multiescalares, como ascensão da empresa automobilística a partir da produção de veículos flexfuel e da financeirização da economia e da agricultura (VINHA e PEREIRA, 2016; ORIGUÉLA e PEREIRA, 2020), além de ser uma região marcada pela presença de assentamentos de reforma agrária, sendo estes frutos da luta de

camponeses frente a massiva grilagem de terras na região. Justamente pela presença de assentamentos no Pontal do Paranapanema que Gonçalves (2021) defende em sua proposta de Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (ZTC) que a região é inadequada para a expansão do cultivo canavieiro.

O artigo seguinte intitulado “Fragmentos sobre as pelepas pela terra na região do Araguaia-Tocantins”, o autor Rogerio Henrique Almeida traz para discussão a região do Araguaia-Tocantins, que se configura na história recente da luta pela terra no Brasil como um emblema no que diz respeito ao avanço do grande capital monopolista sobre as fronteiras amazônicas, processo levado a cabo pelo Estado brasileiro a partir de uma narrativa de ocupação dos espaços vazios e de modernização. Ao analisar a referida região, Almeida identifica a presença dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, com frações da Igreja Católica, ONGs, partidos políticos como expressões do primeiro, posseiros/camponeses e suas instituições políticas (delegacias sindicais, STRs) e o MST, como expressões do segundo. Vale destacar que a região é lembrada por múltiplos episódios de projeção nacional como a Guerrilha do Araguaia (1967-1974), o Garimpo de Serra de Pelada e os grandes projetos aos moldes do Programa Grande Carajás (PGC).

Em seguida, Juçara Elza Hennerich, Luciana Oliveira Fariña e Clério Plein, através do artigo “Conexões entre assistência técnica, extensão rural e agricultura familiar”, objetiva caracterizar as propriedades rurais da agricultura familiar, além de constatar e discutir suas visões e perspectivas em relação aos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). O artigo foi construído a partir da pesquisa em três municípios do Oeste do estado de Santa Catarina, sendo: São José do Cedro, Maravilha e Quilombo, totalizando em 268 agricultores familiares. É relevante sublinhar, como os autores discutem no manuscrito, que a região Oeste catarinense ocupa uma importante posição na produção de carnes de frango e suínos, além da produção de leite e de grãos. Todavia, abriga também processos velados de exclusão e discriminação. Os autores concluem que a diversificação das atividades produtivas na agricultura familiar e a pouca mão de obra disponível nas famílias em decorrência do envelhecimento dos residentes caracterizam os três municípios analisados. Ademais, é perceptível a insatisfação dos agricultores com os serviços de ATER, principalmente aqueles prestados pelo poder público, o que leva os mesmos a acessar o setor privado.

Ainda no escopo dos serviços de assistência técnica e extensão rural, o artigo “Status of the interaction of ATER's technical-scientific knowledge and the traditional knowledge of family farmers”, de autoria de Odacir Miguel Tagliapietra, Irene Carniatto e Geysler Rogis Flor Bertolini, traz como objetivo a análise da interação do conhecimento dos agentes da ATER com os conhecimentos dos agricultores familiares

visando identificar o status da valorização dos conhecimentos locais ou tradicionais nas práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares. Ao analisar os agricultores familiares do município de Cascavel, no estado do Paraná, Tagliapietra, Carniatto e Bertolini concluem que a partir da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), datada de 2003, houve um redirecionamento no processo de difusão de novos conhecimentos, realizado pela ATER, para as populações rurais. Todavia, os autores também concluem que a interação de conhecimentos entre os agricultores familiares e a ATER necessita ser aprimorada.

Já no artigo “Expansão do eucalipto e transformações na estrutura produtiva da pequena propriedade rural em municípios do norte da microrregião de Imperatriz, Maranhão, Brasil”, os autores Allison Bezerra Oliveira, Amanda Miranda Pereira e Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves discutem as transformações recentes da expansão da silvicultura do eucalipto na estrutura produtiva da pequena propriedade rural nos municípios de Açailândia, Itinga do Maranhão, João Lisboa e São Francisco do Brejão, localizados no Norte da microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão. Imperatriz tem adquirido espaço no cenário nacional justamente em decorrência da reestruturação produtiva pela cadeia produtiva de papel e celulose (OLIVEIRA e SILVA, 2020). Talvez o caso mais emblemático na região seja a empresa Suzano Papel e Celulose S.A., uma das principais agentes que atua ativamente na expansão desta cadeia produtiva (CASTRO, 2019).

É importante pontuar que microrregião de Imperatriz compõe o MATOPIBA, regionalização que abarca 337 municípios nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, muito debatida não apenas na Revista NERA, mas em todos os espaços de discussão de temáticas como agronegócio, questão agrária e desenvolvimento territorial. O MATOPIBA é considerado como a última fronteira agrícola em áreas de Cerrado no Brasil (FREDERICO e ALMEIDA, 2019), além de ser a região brasileira na qual a estrangeirização do território é mais representativa (PEREIRA e PAULI, 2019), se configurando como uma fronteira não apenas em relação ao agronegócio, mas para a exploração de recursos no geral.

Por fim, no último artigo do número 62, intitulado «Analyse de la gestion des agroecosystemes par des agriculteurs du Haut-Limbe», os autores Weldy Saint-Fleur, Adriana Cavalieri Sais, Luiz Antonio Cabello Norder, Cristiane Dambrós e Museu Hérauld analisam a gestão de agroecossistemas no Haiti, com foco em Haut-Limbé. Os agroecossistemas são discutidos a partir de um ponto de vista social, económico e cultural. Saint-Fleur, Sais, Norder, Dambrós e Hérauld concluem que os agricultores locais ainda mantêm as práticas agrícolas dos seus antepassados para a gestão de agroecossistemas, mas devido à falta de apoio (assistência técnica, banco agrícola,

irrigação, indisponibilidade de mão-de-obra) os seus esforços são insuficientes para aumentar o seu rendimento e manter um meio de produção equilibrado.

Em mais um número a Revista NERA brinda seus leitores com artigos inéditos e que abordam a atualidade e diversidade da questão agrária. Desejamos a todos(as) que sejam ótimas leituras e frutíferos debates!

Referências

- BORRAS, Saturnino. **La Vía Campesina: un movimiento en movimiento**. Amsterdam: Transnational Institute; Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.
- CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo. **Revista NERA**, ano 20, n. 35, p. 230-245, 2017.
- CASTRO, Raifran Adidimar de. Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.
- FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, ano 18, n. 19, p. 75-93, 2002.
- FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 10, n. 11, p. 08-32, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geografia dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 14-34, 2005.
- FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terras na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.
- GONÇALVES, Elienai Constantino. Zoneamento Territorial para a Cana-de-açúcar no estado de São Paulo (ZTC): uma proposta crítica ao Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro (ZAA). **Revista NERA**, n. 24, n. 56, p. 139-161, 2021.
- HOCSMAN, Luis. Horizonte para la producción campesina y agricultura familiar en el modelo agroalimentario hegemónico mundial. Visión desde el Cono Sur. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Editorial IAEN: Quito, 2014.
- MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter. Diálogo de saberes in *La Via Campesina: food sovereignty and agroecology*. **The Journal of Peasant Studies**. v. 41, n. 6. Routledge, UK, 2014.
- NERLING, Daniele; MUNARINI, Anderson; DAL MAS, Vanessa; SANTOS, Emelson; REGINATTO, Charles. Conservação e multiplicação de sementes crioulas e variedades pelos camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores de Santa Catarina. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 01-05, 2013.

OLIVEIRA, Allison Bezerra; SILVA, Daniely Lima. Reestruturação produtiva da cadeia de papel e celulose em Imperatriz – MA: terra, transportes e trabalho. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 133-156, 2020.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Território e territorialidades em disputa**: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. A expansão da produção de agrocombustíveis e os desdobramentos na reforma agrária e soberania alimentar no estado de São Paulo. RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, et al. (Org.). **Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento**. São Paulo: Outras Expressões, 2020, p. 49-64.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense**: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. 390f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SAQUET, Marco Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, Fabian Felix do Amaral; MACIEL, Lidiane M. A experiência dos movimentos socioterritoriais na América Latina: relatos de um estudo de caso ampliado entre São Paulo e Buenos Aires. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 61-86, dossiê I ELAMSS, 2021.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 07, p. 1-21, 2005.

TRICHES, Rozane Maria; GRISA, Catia. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**, ano 18, v. 26, p. 10-27, dossiê Programa de Aquisição de Alimentos, 2015.

VIA CAMPESINA. **Historia y balance de Via Campesina**, 1996.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras e geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina/SP. **Campo-Território**, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

WAHREN, Juan. “Territorios insurgentes”: aportes conceptuales en torno a la dimensión territorial de los movimientos sociales de América Latina. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 15-35, dossiê I ELAMSS, 2021.

Sobre os autores

Camila Ferracini Origuéla – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisadora colaboradora do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-1509-3604>.

Lorena Izá Pereira – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do The Land Matrix Initiative. Presidenta da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2020/2022). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2352-1760>.

Como citar este artigo

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. Resistências territoriais camponesas no Brasil. **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 08-21, jan.-abr., 2022.

Recebido para publicação em 10 de dezembro de 2021.
Aceito para a publicação em 03 de janeiro de 2022.
